

Articulação de Mulheres Brasileiras – transformar o mundo pelo feminismo.  
Articulando Eletronicamente nº 180, de 22 de agosto de 2008, anexo da seção CONtextos.

---

**CARTA ABERTA DOS MOVIMENTOS DE MULHERES**  
**EM DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PELA PROTEÇÃO SOCIAL AO TRABALHO DAS MULHERES!**

Brasília – DF, 03 de agosto de 2008

Nós, dos movimentos de mulheres do campo e da cidade, reunidas no *Seminário Nacional sobre Previdência Social e as Mulheres*, em Brasília, tornamos público e reafirmamos nosso posicionamento sobre os descaminhos da política de Seguridade Social no Brasil, na atual conjuntura, e sobre a ameaça aos direitos sociais e das mulheres trabalhadoras, representada pela Reforma Tributária em debate no Congresso Nacional.

Desde abril de 2007, os movimentos de mulheres articulados no FIPPS - Fórum Itinerante e Paralelo sobre Previdência Social, vimos realizando, por todo o Brasil, um amplo processo de mobilização, reflexão, proposição e diálogo em defesa da proteção social ao trabalho das mulheres, da população negra e dos segmentos hoje inseridos nos setores mais precários do mundo do trabalho e totalmente submetidos à mais absoluta desproteção!

Reafirmamos, nesta carta aberta, as propostas apresentadas no *Documento de Conclusões e Propostas do FIPPS*, construído pelos movimentos ao longo do ano de 2007, e entregue à Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e aos Ministro da Previdência e do Trabalho em março deste ano.

Para nós, mulheres, as reformas realmente necessárias, seja na Previdência, na Seguridade Social ou no sistema de tributos, são as voltadas para enfrentar as desigualdades vividas pelas mulheres no mundo do trabalho, resultantes da divisão sexual do trabalho, alimentada pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo racismo que estrutura a sociedade desigual em que vivemos.

Somos contra qualquer reforma que destitua direitos e amplie a desproteção a que já estão submetidas, hoje, mais de 30 milhões de mulheres e cerca de 40 milhões de trabalhadoras/es brasileiras/es.

Para nós, o grande desafio a ser enfrentado pelo Estado brasileiro é o da incorporação ao sistema da grande maioria das trabalhadoras e trabalhadores hoje desprotegidos, como é o caso das mulheres que realizam o trabalho doméstico não-remunerado, das trabalhadoras informais e da grande maioria trabalhadoras domésticas remuneradas, excluídas por um sistema previdenciário que só inclui quem pode contribuir.

Defendemos um sistema previdenciário universal, que garanta direitos e proteção social a todas as pessoas que trabalham, na produção e na reprodução social, dentro e fora de casa, independente de contribuição!

É preciso enfrentar as desigualdades vividas pelas mulheres no mundo do trabalho, seja pelo fato de sermos a maioria entre quem trabalha em condições precárias, sem direitos, com piores rendimentos (e, portanto, sem possibilidade de acesso à previdência num sistema contributivo e excludente); seja pelo desvalor do trabalho realizado majoritariamente por nós na reprodução social - trabalho indispensável à sociedade, que gera riqueza e sustenta o mundo.

Articulação de Mulheres Brasileiras – transformar o mundo pelo feminismo.  
Articulando Eletronicamente nº 180, de 22 de agosto de 2008, anexo da seção CONtextos.

---

O reconhecimento do trabalho doméstico não-remunerado como trabalho e para fins de acesso à proteção social é questão de justiça para as mulheres que durante a vida inteira cuidaram de suas famílias e envelheceram sem direitos!

O direito à aposentadoria para as trabalhadoras rurais, em regime de Seguradas Especiais, é uma das principais conquistas das mulheres na Constituição de 1988 e uma das principais políticas de redistribuição de renda do país. Para nós, a aprovação da Medida Provisória 410 representa um retrocesso e uma perda para as camponesas e trabalhadoras rurais brasileiras. Para nós, direitos são inegociáveis!

Somos contra toda proposta de separação entre Previdência urbana e rural, que fere a integralidade do sistema previdenciário e deixa de reconhecer o direito à aposentadoria rural como um direito do trabalho para as camponesas e trabalhadoras rurais!

Também por isto, somos contra o deslocamento da aposentadoria rural para a Política de Assistência Social, que destruiria a universalidade deste direito no âmbito da seguridade social. A mobilização política dos movimentos de mulheres contribuiu para tornar pública na sociedade brasileira que o Sistema de Seguridade Social brasileiro não é deficitário, contrariando os argumentos falaciosos de setores do Governo e do capital.

A verdade é que o orçamento da Seguridade Social brasileira é superavitário, ano após ano, mas vem sendo solapado pela política de *superávit* primário e pela desvinculação de receitas da União, que desvia bilhões do orçamento da Seguridade Social para o orçamento fiscal, ferindo os princípios constitucionais.

Somos a favor do respeito à diversidade de fontes de financiamento da Seguridade Social, estabelecida no artigo 195 da Constituição Cidadã de 1988. No ano em que celebramos os 20 anos da Carta Cidadã e dos direitos ali conquistados pela luta dos movimentos de mulheres e demais movimentos sociais, torna-se ainda mais inaceitável qualquer proposta de alteração constitucional que vise destituir direitos.

Somos, portanto, contra as propostas de Reforma Tributária que visam à destruição do orçamento da Seguridade Social, alterando suas fontes de financiamento pela alteração no artigo 195 da Constituição Federal!

Defendemos o fim das injustiças na tributação brasileira – que hoje pesa sobre quem tem menos recursos e desonera as grandes fortunas e o patrimônio. Defendemos a redistribuição da riqueza no País!

Defendemos o debate amplo na sociedade sobre os rumos da Política de Seguridade Social no Brasil.

Defendemos o reconhecimento dos movimentos de mulheres como sujeitos políticos do mundo do trabalho!

Rechaçamos qualquer formação de comissões ou fóruns sobre Seguridade e Previdência social no qual os movimentos de mulheres não tenham representação!

Nós, dos movimentos de mulheres, seguimos na defesa de um Estado democrático, que assegure direitos, enfrente as desigualdades geradas pelo sistema patriarcal, pelo racismo e pela economia capitalista.

Frente aos ataques aos direitos sociais conquistados em 1988 e ao desmonte da Seguridade Social, nos definimos a partir deste momento como ***Fórum das Mulheres Pela Seguridade Social***.

Articulação de Mulheres Brasileiras – transformar o mundo pelo feminismo.  
Articulando Eletronicamente nº 180, de 22 de agosto de 2008, anexo da seção CONtextos.

---

Defendemos o Sistema de Seguridade Social – a política de Saúde, Previdência e Assistência Social – como política integrada e ampla, que garanta o direito à proteção social para toda a classe trabalhadora do campo e da cidade, e todas as mulheres!

Convocamos todos os movimentos sociais e setores organizados da sociedade a somar-se a nós em defesa da proteção social ao trabalho das mulheres e da política de Seguridade Social universal, pública, solidária e redistributiva!

Brasília, 03 de agosto de 2008.

**Fórum das Mulheres Pela Seguridade Social:**

Articulação de Mulheres Brasileiras  
Articulação de Mulheres Negras Brasileiras  
Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa  
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas  
Marcha Mundial de Mulheres  
Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu  
Movimento de Mulheres Camponesas  
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste